

Narrativas de universitárias negras sobre acesso e permanência: o impacto das ações afirmativas

Sara de Jesus Santos^{1*}  Maryvânsley Nunes de Sá Reis²  Muryllo de Oliveira Costa³ 

Leison de Jesus Ferreira⁴  Aline Vieira Simões⁵ 

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil

²Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil

³Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil

⁴Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil

⁵Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil

Autora de correspondência: sr_sr2@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar como as ações afirmativas impactam os processos de acesso e permanência no ensino superior, sob a ótica das narrativas de universitárias negras. Pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamentada no referencial da Narrativa de Vida, com base em entrevistas realizadas com 13 estudantes autodeclaradas pretas, matriculadas em cursos da saúde de uma universidade pública baiana. Para este recorte, foram selecionadas apenas as participantes que declararam ingresso por cotas e/ou vínculo com programas de assistência estudantil. Os resultados evidenciaram que as ações afirmativas foram reconhecidas como instrumentos de reparação histórica e transformação social, embora ainda gerem inseguranças quanto ao preconceito e à desigualdade de condições entre cotistas e não cotistas. A assistência estudantil foi apontada como essencial para garantir a permanência acadêmica, diante das dificuldades financeiras enfrentadas. Auxílios para moradia, alimentação e materiais didáticos foram destacados como determinantes na continuidade do curso. Conclui-se que o ingresso não é suficiente sem políticas robustas de permanência, que considerem as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas pelas estudantes negras. Apesar das contribuições, destaca-se como limitação a restrição da amostra a cursos da saúde em uma única instituição, sendo necessário ampliar os estudos para outros contextos universitários e áreas do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE:

Ensino superior.
Universitárias
Negras.
Narrativas de vida.
Ações afirmativas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how affirmative action impacts access to and retention in higher education, from the perspective of Black female university students. This qualitative study, grounded in the Life Narrative framework, was based on interviews with 13 self-identified Black students enrolled in health programs at a public university in Bahia. For this study, only participants who declared admission through quotas and/or affiliation with student assistance programs were selected. The results showed that affirmative action was recognized as an instrument of historical reparation and social transformation, although it still generates insecurity regarding prejudice and inequality of conditions between quota and non-quota students. Student assistance was identified as essential to ensuring academic retention, given the financial difficulties faced. Assistance with housing, food, and teaching materials were highlighted as determinants of course continuation. The conclusion is that admission is insufficient without robust retention policies that consider the multiple vulnerabilities faced by Black female students. Despite the contributions, the restriction of the sample to health courses at a single institution stands out as a limitation, making it necessary to expand the studies to other university contexts and areas of knowledge.

KEYWORDS:

Higher education.
Black female
university students.
Life narratives.
Affirmative actions.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar cómo la acción afirmativa impacta el acceso y la permanencia en la educación superior, desde la perspectiva de estudiantes universitarias negras. Este estudio cualitativo, basado en el marco de la Narrativa de Vida, se basó en entrevistas con 13 estudiantes autoidentificadas como negras, matriculadas en programas de salud en una universidad pública de Bahía. Para este estudio, solo se seleccionaron participantes que declararon admisión mediante cupos o afiliación a programas de asistencia estudiantil. Los resultados mostraron que la acción afirmativa se reconoció como un instrumento de reparación histórica y transformación social, aunque aún genera inseguridad en cuanto a prejuicios y desigualdad de condiciones entre estudiantes con cupo y sin cupo. La asistencia estudiantil se identificó como esencial para garantizar la permanencia académica, dadas las dificultades financieras que enfrentan. La asistencia con vivienda, alimentación y material didáctico se destacó como determinante para la permanencia en los cursos. La conclusión es que la admisión es insuficiente sin políticas sólidas de permanencia que consideren las múltiples vulnerabilidades que enfrentan las estudiantes negras. A pesar de las contribuciones, la restricción de la muestra a cursos de salud en una sola institución se destaca como una limitación, lo que hace necesario expandir los estudios a otros contextos universitarios y áreas de conocimiento.

PALABRAS-CLAVE:

Educación superior.
Estudiantes universitarias negras.
Narrativas de vida.
Acciones afirmativas.

Introdução

O Feminismo negro, enquanto movimento social e político, surgiu como expressão legítima das vivências de mulheres negras, marcadas por múltiplas opressões estruturais. No Brasil, sua consolidação ocorreu no final da década de 1970, a partir das reivindicações por uma abordagem que integrasse as dimensões de raça, gênero e classe, ausentes nos movimentos sociais da época (MOTA DE GOIS *et al.*, 2021).

Essa articulação possibilitou o surgimento de pautas específicas que expõem as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras, sobretudo nos campos da saúde, educação e trabalho, historicamente estruturados sobre uma lógica excludente. No campo educacional, por muito tempo, o acesso ao ensino superior foi restrito às elites brancas, reproduzindo um cenário de privilégios e exclusão (PEREIRA; PEREIRA; POCAHY, 2021).

Com a implementação das ações afirmativas, especialmente as políticas de cotas raciais e sociais, se promoveu uma melhoria nesse quadro. Tais políticas representaram um avanço significativo ao possibilitar a entrada de estudantes negros em espaços antes inalcançáveis, provocando mudanças no cenário da universidade brasileira (PEREIRA; PEREIRA; POCAHY, 2021).

No entanto, o ingresso não garante, por si só, a permanência, visto que, muitas estudantes negras enfrentam jornadas duplas ou triplas, marcadas por precarização, racismo institucional, sobrecarga emocional e ausência de suporte adequado, o que compromete sua trajetória acadêmica e profissional (SANTOS; MOREIRA, 2022). Entender a condição da mulher negra na universidade requer considerar o entrelaçamento entre os marcadores sociais da diferença e o contexto histórico que os atravessa.

Apesar das políticas de ação afirmativa, a presença de mulheres negras no ensino superior ainda se dá em condições desiguais, especialmente quando comparada à de mulheres brancas. O racismo e o sexismo continuam a operar como barreiras estruturais, influenciando tanto o acesso quanto a permanência nesse espaço (CRUZ *et al.*, 2022; SOUZA, 2021).

As mulheres negras não podem ser compreendidas como um grupo homogêneo dentro da categoria “mulheres”, pois suas trajetórias são atravessadas

por múltiplos marcadores sociais, como raça, gênero, classe, idade, sexualidade, deficiência e outros (CRUZ *et al.*, 2022; MACEDO; MEDEIROS, 2025). Essas intersecções revelam desigualdades que se acentuam em cursos de maior prestígio social, tradicionalmente associados à branquitude e à masculinidade (CRUZ *et al.*, 2022).

Essa perspectiva interseccional permite evidenciar como as relações de poder moldam tanto as estruturas sociais quanto as vivências cotidianas. A intencionalidade mostra que categorias como raça, faixa etária, gênero, classe, etnia, nacionalidade e capacidade não atuam isoladamente, mas se constroem mutuamente. No ensino superior, tais divisões se tornam evidentes, já que as universidades recebem sujeitos historicamente excluídos por barreiras econômicas, raciais ou de gênero, revelando contradições de instituições marcadas pela exclusão (COLLINS; BILGE, 2021).

Esse processo está ancorado em uma herança colonial e escravocrata, que excluiu os corpos negros da educação formal e os destinou a funções subalternas. A permanência dessa lógica nas estruturas sociais pode ser observada nas desigualdades de renda, tempo e acesso a bens culturais, dificultando a inserção e a continuidade das mulheres negras no ensino superior (SOUZA, 2021).

Frente a isso, é necessário ir além do acesso. A permanência exige políticas que articulem apoio financeiro, cuidado com a saúde mental e acolhimento institucional. Muitas estudantes enfrentam jornadas triplas, responsabilidades familiares e ambientes pouco sensíveis às questões raciais e de gênero, exigindo estratégias intersetoriais para que possam seguir com dignidade em sua trajetória universitária (CRUZ *et al.*, 2022; SOUZA, 2021).

Mesmo diante desses obstáculos, estudantes negras adentram a universidade buscando romper com a lógica da subalternidade, assumindo-se como sujeitas políticas de ação e reflexão. Suas trajetórias revelam tanto as barreiras estruturais que enfrentam quanto as estratégias de resistência que desenvolvem (MOTA DE GOIS *et al.*, 2021; DUARTE; MARQUES JUNIOR; LIMA, 2024), aspecto que dialoga com a perspectiva de compreender os espaços de opressões, mas também de agência e construção de novos significados para a permanência acadêmica (COLLINS; BILGE, 2021).

Visto que, estudantes negras ainda enfrentam grandes obstáculos para concluir sua formação, as políticas públicas de permanência tornam-se tão urgentes quanto as de acesso, devendo garantir condições materiais, afetivas e simbólicas para que essas mulheres permaneçam e resistam no espaço universitário. Sendo necessário reconhecer e enfrentar as especificidades das desigualdades raciais e de gênero que atravessam o cotidiano acadêmico (DUARTE; MARQUES JÚNIOR; LIMA, 2024).

Pesquisas sobre as estratégias de enfrentamento e os desafios vivenciados por essas estudantes é fundamental para visibilizar suas experiências e propor intervenções que contribuam para a permanência qualificada de mulheres negras na universidade. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo analisar como as ações afirmativas impactam os processos de acesso e permanência no ensino superior, sob a ótica das narrativas de universitárias negras.

Metodologia

Este estudo possui abordagem qualitativa, fundamentado no referencial teórico-metodológico da Narrativa de Vida, proposto pelo sociólogo Daniel Bertaux. Esse método permite compreender trajetórias individuais a partir de suas inserções em contextos sociais específicos, considerando os processos de reprodução e transformação social (BERTAUX, 2010).

A perspectiva etnossociológica proposta pelo referencial, possibilita a análise não apenas de uma pessoa isolada ou um grupo social, mas compreende e inclui outros aspectos como, sua cultura, ideologias, crenças, valores, a realidade sócio-histórica, as relações sociais, processos sociais e estruturais (BERTAUX, 2010).

O recrutamento das universitárias ocorreu por meio de convite oral em espaços coletivos da universidade, por divulgação em grupo universitário em rede social e por indicação de outras estudantes. Algumas recusaram participar devido à incompatibilidade de horários e demandas acadêmicas. As que aceitaram a proposta assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A amostra total foi definida com base no critério de saturação teórica, conforme proposto por Bertaux (2010), sendo composta por 16 estudantes universitárias autodeclaradas pretas, com idade igual ou superior a 18 anos,

regularmente matriculadas nos cursos de Enfermagem, Medicina, Fisioterapia e Odontologia de uma universidade pública situada no interior da Bahia.

Foram adotados como critérios de inclusão: ter 18 anos ou mais, estar regularmente matriculada e cursando qualquer período letivo da graduação, dos cursos anteriormente citados. Como critérios de exclusão, consideraram-se estudantes que, embora matriculadas, estivessem afastadas temporariamente da universidade por quaisquer motivos.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de maio e setembro de 2022. As entrevistas aconteceram presencialmente, em salas reservadas na universidade, com duração média de 50 minutos, sendo conduzidas por meio de um instrumento contendo uma questão norteadora: “Conte-me sobre suas vivências como universitária negra”. Ademais, continha informações socioeconômicas e demográficas. Os registros foram feitos por gravação de áudio em *smartphone* e transcritos na íntegra logo após a realização.

Para o recorte analítico específico deste trabalho, foram selecionadas apenas 13 das participantes que, no preenchimento do perfil sociodemográfico, se identificaram como beneficiárias de ações afirmativas e/ou vinculadas a algum programa de assistência estudantil. A análise considerou exclusivamente os trechos das entrevistas nos quais essas estudantes abordaram suas experiências relacionadas ao ingresso por cotas e à permanência na universidade por meio dos auxílios estudantis.

As participantes foram identificadas pela letra “P” seguida de números (P1 a P16), conforme a ordem das entrevistas. Para fins éticos e de preservação da identidade, os dados foram tratados de forma confidencial. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CEP/UESB), conforme parecer nº 5.290.965, e está em conformidade com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012; 2016).

Resultados e discussão

A presente pesquisa contou com a participação de 13 universitárias, autodeclaradas pretas, com idades entre 19 e 27 anos. No momento da coleta de

dados, quatro cursavam Fisioterapia, quatro Enfermagem, três Odontologia e duas Medicina.

Dentre as entrevistadas, dez residiam fora de sua cidade natal, sendo necessário arcar com despesas de aluguel na localidade onde se situa a instituição de ensino. Em relação à condição socioeconômica, todas as participantes classificaram sua situação financeira como baixa, não havendo declarações de pertencentes à classe econômica alta.

No que se refere ao acesso à universidade, todas foram contempladas por políticas de ações afirmativas: duas por meio das cotas quilombolas, uma por cota destinada a pessoas com deficiência, seis por cotas para egressas de escola pública e quatro por meio das reservas de vagas étnico-raciais.

As participantes relataram diferentes experiências em relação ao ingresso por ações afirmativas. Enquanto algumas expressaram receios iniciais por conta do preconceito.

“Quando eu entrei na universidade, eu tinha medo de falar que era de uma comunidade quilombola e que tinha entrado por cota, eu tinha muito medo de sofrer racismo ou discriminação” (P 04).

Por outro lado, algumas entrevistadas destacaram o quanto esse acesso representa não apenas uma conquista individual, mas também um símbolo de resistência e estímulo à coletividade, sobretudo para outras pessoas negras que desconhecem esse direito.

“É um orgulho muito grande ter entrado por cota quilombola. É algo que eu sempre vou falar e mostrar também para os meus que estão vindo, porque tem gente que não sabe dessa informação, não conhece as cotas e como entrar na universidade através desse direito” (P 11).

No ambiente universitário, a existência das cotas, embora reconhecida, ainda convive com tensões. A vivência de estudantes cotistas é atravessada por sentimentos ambíguos, muitas vezes provocados pela desigualdade de condições objetivas e subjetivas entre cotistas e não cotistas. Estudos apontam que fatores como o rendimento acadêmico, a competitividade, o status social atribuído ao

curso e o pertencimento a grupos historicamente marginalizados podem impactar diretamente na saúde mental desses estudantes (BARROS; PEIXOTO, 2023).

O reconhecimento da política de cotas como instrumento de reparação histórica também esteve presente nas falas. Ao perceberem-se como parte de um grupo social historicamente oprimido, as estudantes atribuem sentido coletivo ao seu percurso acadêmico.

“Sobre o sistema de cotas, eu mantenho minha opinião, porque eu não me entendo como um ser único, eu me entendo como parte de um grupo que merece e precisa desse reparo histórico” (P 15).

Esses relatos dialogam com a compreensão das ações afirmativas como ferramentas fundamentais para a promoção da equidade racial no Brasil. A partir da redemocratização e, especialmente no contexto pós-constituente de 1988, emergiu um movimento mais consistente em torno da formulação de políticas reparatórias voltadas a grupos historicamente excluídos. Nesse cenário, as ações afirmativas passaram a ser compreendidas não apenas como medidas compensatórias, mas como estratégias de promoção do bem-estar e da justiça social (SILVA, 2024).

Um estudo observou a disparidade significativa entre o número de estudantes ingressantes por cotas étnico-raciais e aqueles que acessam a universidade por ampla concorrência. De modo que, as instituições não devem apenas garantir o ingresso, mas também assegurar condições efetivas de permanência para os estudantes cotistas. A implementação de políticas de permanência se mostra indispensável para evitar a evasão e para que as ações afirmativas cumpram seu papel de ampliar o acesso e promover a equidade racial no ensino superior (OLIVEIRA; OLIVEIRA; LIMA, 2023).

No que se refere à permanência, nove estudantes recebem algum tipo de assistência estudantil. Dentre elas, seis estão inseridas no Programa Mais Futuro, duas são beneficiárias do Programa de Assistência Estudantil (PRAE) da própria instituição, apenas uma estudante relatou acesso simultâneo aos dois programas. Para além do ingresso, as políticas de assistência estudantil se revelam como garantidoras do direito à educação.

"A dificuldade da permanência na universidade já me fez pensar em desistir, mas eu consegui o auxílio moradia do Mais Futuro. São coisas que nos ajudam, não é grande o valor, mas contribui muito para nossa permanência" (P 07).

"Eu faço parte do Mais Futuro, me inscrevi logo quando entrei na universidade, para poder me sustentar aqui, porque sou de uma família de baixa renda. Não dá para sustentar dentro de casa e me manter em outra cidade, mas com o auxílio da própria instituição já consigo permanecer com uma certa tranquilidade" (P 12).

O apoio financeiro se mostra como elemento central nas narrativas das universitárias negras, em virtude das condições socioeconômicas evidenciadas como difíceis, ao ponto de que, sem os auxílios a continuidade no curso seria inviável.

"As dificuldades financeiras infelizmente são muitas e eu não consegui bolsa do Mais Futuro. Tive problemas com relação aos meus documentos, mas eu estou correndo atrás, porque sem o auxílio, ainda mais sendo do curso de Odonto, um curso caro, eu preciso muito desse apoio para me manter na universidade" (P 11).

"Meus pais não têm condições de me ajudar, eu comecei a receber o Mais Futuro, sobrevivo com esses 600 reais aqui, costumo dizer para Deus multiplicar esse dinheiro, porque é a única coisa que eu tenho, não sobra, é a conta certinha." (P 04).

A permanência de estudantes negras na universidade está atravessada por desigualdades estruturais historicamente acumuladas que afetam tanto suas condições materiais quanto simbólicas. Ainda que políticas como o Programa Mais Futuro e o PRAE representem avanços importantes, elas não são suficientes para corrigir os efeitos de um sistema excludente. Estudos apontam que, ao longo da história brasileira, o paradigma racial tem sido elemento central na organização social, reforçando barreiras de acesso e reprodução de desigualdades (GUIMARÃES; CARNUT; MENDES, 2022).

Mesmo com a ampliação das oportunidades nas últimas décadas, permanecem diferenças significativas entre estudantes nos indicadores de permanência acadêmica, reflexo das desvantagens acumuladas historicamente e da persistência do racismo como estrutura das relações sociais (BRASIL, 2014).

Muitos estudantes ingressam na universidade após trajetórias marcadas por escolarização precária, trabalho precoce e responsabilidades familiares.

Tais condições evidenciam desvantagem frente a colegas com maior capital cultural e social, tornando os auxílios financeiros instrumentos fundamentais para garantir a continuidade dos estudos. A permanência, nesses casos, passa a depender não apenas de suporte econômico direto, mas também de políticas que levem em conta a complexidade das vivências negras no ensino superior, reconhecendo o impacto de marcadores sociais como raça, classe e gênero na trajetória acadêmica (COSTA; PICANÇO, 2020).

Essas experiências dialogam com o que estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), recentemente instituído como política pela Lei nº 14.914/2024, a qual reconhece que o direito à educação vai além do ingresso na universidade, estendendo-se à garantia de permanência com dignidade, por meio de ações que abrangem desde moradia e alimentação até saúde, cultura e inclusão digital (PIZZA; SIQUELLI, 2024).

A estrutura do PNAES, somada a iniciativas estaduais como o Programa Mais Futuro, reforça o compromisso público com a redução das desigualdades sociais no ambiente acadêmico (FERREIRA; PIMENTEL, 2023). Contudo, assim como exposto nas narrativas, o apoio financeiro contribui, mas sozinho não é suficiente para garantir a permanência, havendo a necessidade de ampliar os valores fornecidos, como a implementação de ações complementares (KROTH; BARTH, 2022).

Referente ao Programa de Assistência Estudantil (PRAE) da própria instituição, o ingresso se inicia com a publicação do *edital de habilitação às ações da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Permanência e Assistência Estudantil (PROAPA)*, que permite aos discentes sejam habilitados às ações visando garantir a permanência. Nesse momento, os candidatos devem comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de documentação que evidencie renda per capita de até 1,5 salário-mínimo vigente, além de outros critérios previstos no regulamento (BAHIA, 2025a).

Os discentes habilitados pelo programa, contam com atendimento e acompanhamento da equipe multidisciplinar da PROAPA, composta por pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, intérpretes e técnicos de atendimento especializado. Além disso, têm acesso à participação no processo seletivo de

concessão dos Auxílios Permanência, bem como à participação nas ações e projetos promovidos pelo Programa de Assistência Estudantil da UESB (BAHIA, 2025a).

A respeito do *processo seletivo para concessão de auxílios permanência*, há disponíveis quatro modalidades: auxílio integral, que corresponde ao valor mensal de R\$ 550,00, direcionado a estudantes em maior situação de vulnerabilidade, que apresentem demandas simultâneas relacionadas a moradia, transporte, alimentação e saúde. O auxílio moradia, no valor de R\$ 450,00, é voltado a discentes que residem a mais de 100 km do campus (BAHIA, 2025b).

Enquanto o auxílio transporte intermunicipal, de R\$ 250,00, atende aqueles que vivem em municípios circunvizinhos ou na zona rural. Já o auxílio transporte Urbano, de R\$ 120,00, é destinado a estudantes que residem a mais de 2 km da instituição. A concessão dos auxílios conforto edital, disponibilizada cerca de 450 vagas, dívidas entre os três *campi* e as quatro modalidades (BAHIA, 2025b).

Nessa fase, a análise documental é realizada a partir de um barema socioeconômico, que classifica os candidatos em ordem decrescente da pontuação obtida. O quantitativo de vagas é definido conforme a disponibilidade orçamentária e, em caso de empate, são adotados critérios de prioridade, como menor renda per capita familiar, maior número de membros no grupo familiar e maior distância entre a residência e o campus de estudo (BAHIA, 2025b).

Dentre as narrativas houve a evidência concernente algumas dificuldades de inscrição nos editais e concessão dos auxílios, em virtude das documentações necessárias.

“Pra gente consegui algum apoio da universidade é difícil porque necessita de muita documentação, e, muitas vezes a gente não consegue por isso, por falta de documentação. Como eu moro longe, pra mim conseguir uma documentação teria que ir na minha cidade, mas a demanda aulas não permite, então eu sempre acabei perdendo” (P 03).

“O auxílio eu estou esperando receber porque ainda está em processo, mas foi algo pra mim um pouco demorado, até em questão dos documentos, porque tem muita burocracia, você tem que fazer, refazer e refazer umas dez vezes. Eu consegui o auxílio, mas é muito complicado, na verdade é muita loucura” (P 07).

Mas os demais relatos evidenciam a utilização dos auxílios, dentre os de suporte a permanência, a utilização do ao auxílio de transporte urbano municipal.

“Consegui o auxílio transporte, porque eu moro um pouco longe da universidade, tipo dentro da cidade, mas a quilometragem distante”.
(P 10)

As participantes relataram ter recebido suporte da universidade para aquisição de materiais didáticos e equipamentos essenciais para a formação acadêmica, como notebooks e insumos utilizados em atividades práticas. Esse apoio foi apontado como determinante para a continuidade no curso.

“Deu vontade de desistir, continuei mais por conta do auxílio. Acho que se não fosse o auxílio eu teria trancado a universidade. Com o PRAE, também consegui o auxílio do notebook, porque não tenho condições de comprar” (P 08).

“Tem listas de materiais que variam de três mil a seis mil por semestre. Então, a faculdade entra com materiais de reposição e materiais descartáveis, como resina e restauração, materiais de consumo, mas todo o material e equipamento é nosso. Então, se você não consegue arcar com esses custos, você não consegue fazer as práticas e não consegue formar” (P 14).

Essas estratégias demonstram um esforço institucional em oferecer condições mais equitativas para o percurso universitário, reconhecendo que o êxito acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade demanda não apenas acesso ao ensino, mas também suporte integral diante das barreiras estruturais que atravessam suas trajetórias.

Nota-se que as narrativas evidenciam que, para além do auxílio direto, aspectos complementares à vivência universitária, como acesso a equipamentos e materiais didáticos, desempenham papel determinante na permanência estudantil. Essa dimensão é reforçada por Barros e Peixoto (2023), ao indicarem que as condições de moradia, mobilidade urbana, lazer e aquisição de insumos de estudo impactam diretamente o bem-estar e o rendimento das discentes em vulnerabilidade.

No âmbito da atuação da equipe multidisciplinar, com destaque para o apoio psicológico, tem se mostrado uma dimensão essencial para a permanência

qualificada das estudantes negras na universidade. As pressões emocionais e os desafios enfrentados ao longo da trajetória acadêmica exigem suporte especializado, que vá além do auxílio financeiro.

O acesso a esse tipo de atendimento, embora ainda limitado em alguns casos, é reconhecido pelas participantes como uma estratégia importante de cuidado e acolhimento frente às vulnerabilidades psicossociais vivenciadas.

“A gente sabe que tem a rede de apoio psicológico na universidade, mas para ter acesso, pra conseguir uma vaga é bem difícil, eu já tentei uma vez não consegui, há uma demanda grande e poucas vagas, pouco acesso” (P 04).

“Eu estava passando por um período muito difícil, mandei um email para o PRAE, com uma semana assim, não considero que demorou muito tempo, porque a demanda deve ter sido grande, fiz a consulta, foi ótimo esse auxílio psicológico” (P 10).

“Eu percebi que o nível de ansiedade aumentou muito, e a vontade desistir da universidade, busquei o apoio psicológico, demorou um pouco, mas eu tive umas duas consultas, o semestre apertou e eu não consegui permanecer, mas só as duas conversas que eu tive, já aliviou” (P 12).

A oferta de suporte psicológico no contexto universitário tem se mostrado um recurso essencial para a permanência de estudantes negras, que enfrentam múltiplos desafios em suas trajetórias acadêmicas. Ainda que não se possa reduzir o adoecimento mental apenas ao ambiente universitário, é preciso compreender que ele é atravessado por dinâmicas de exigência e desempenho que se somam às marcas estruturais. Refletir sobre esse sofrimento requer abandonar visões fragmentadas dos sujeitos e reconhecer que suas vivências são atravessadas por questões históricas, culturais e sociais que impactam diretamente sua saúde mental (SILVA; LEÃO, 2024).

Apesar de iniciativas como o atendimento psicológico institucional representarem avanços, ainda há lacunas significativas na escuta qualificada e na formulação de políticas públicas voltadas à saúde mental da população negra no ensino superior. Essa negligência se reflete na escassez de estudos que abordem especificamente sobre a saúde mental dessa população, revelando a urgência

de fomentar estratégias que contribuam para a permanência com dignidade e o bem-estar integral das estudantes negras (TAVARES; BARBOSA, 2024).

Além dos programas já mencionados, durante o período da pandemia foi necessário adaptar o modelo de ensino para a modalidade remota, o que exigiu novas formas de suporte aos estudantes. Nesse contexto, foi criado o Auxílio para Inclusão Digital Discente, com caráter emergencial e temporário, destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que não possuíam acesso adequado à internet e às tecnologias digitais, garantindo os recursos mínimos necessários para que os discentes pudessem acompanhar os componentes curriculares em que estavam matriculados durante o ensino remoto (BAHIA, 2021).

"Eu também consegui auxílio quando eu estava na pandemia. O auxílio digital permitiu às pessoas com dificuldade a ter acesso às aulas ou equipamentos. Eu consegui comprar uma fonte e consertar meu computador" (P 10).

A pandemia de COVID-19 trouxe mudanças abruptas para a educação, forçando a adaptação do ensino presencial ao formato remoto. Essa transição afetou diretamente os estudantes, especialmente os universitários em situação de vulnerabilidade, que enfrentaram dificuldades como conexão instável, falta de equipamentos, ambiente inadequado e sobrecarga emocional (SILVA; ZAPSZALKA; RAZZOLINI FILHO, 2022).

Nos cursos da área da saúde, foi necessário reestruturar os planos de ensino e adotar metodologias digitais para garantir a continuidade da formação (BARBOSA, 2021). Nesse contexto, o Auxílio de Inclusão Digital se destacou como estratégia emergencial fundamental, ao proporcionar condições mínimas de acesso às atividades acadêmicas remotas e demonstrar a importância de políticas estruturantes para lidar com futuras crises (BANDEIRA; MOURÃO; FERREIRA, 2024).

Durante as narrativas das universitárias negras, apesar de utilizarem os direitos institucionais, apenas uma não falou sobre as ações afirmativas e duas sobre assistência estudantil. Ademais, referente ao PRAE, não foram citadas a respeito da utilização de outros auxílios como a cursos livres, auxílio moradia/residência universitária e alimentação.

Em síntese, os resultados evidenciam que tanto o ingresso quanto a permanência das estudantes na universidade estão fortemente relacionados às políticas de ações afirmativas e aos programas de assistência estudantil. As falas das participantes revelam como esses mecanismos representam não apenas oportunidades de acesso, mas também estratégias essenciais de sustentação diante das desigualdades econômicas, sociais e raciais que atravessam suas vivências acadêmicas.

Considerações finais

A partir dos relatos, foi possível compreender que tanto o ingresso quanto a permanência acadêmica estão profundamente relacionados às políticas públicas que buscam promover a equidade racial e social. As ações afirmativas, especialmente o sistema de cotas, foram percebidas pelas participantes não apenas como um direito, mas como um instrumento de reparação histórica e oportunidade de transformação social.

A permanência das estudantes negras no ensino superior está diretamente atrelada à efetividade das políticas de assistência estudantil. As falas das participantes revelam como os auxílios, especialmente os financeiros, são essenciais para viabilizar a continuidade dos estudos, principalmente diante de realidades marcadas por vulnerabilidade socioeconômica.

Apesar dos auxílios institucionais serem mencionados como suportes fundamentais que garantem não apenas a sobrevivência em outra cidade, mas também a manutenção mínima das condições necessárias para o percurso acadêmico, os relatos também apontam algumas limitações importantes desses programas, como o valor dos auxílios, entraves burocráticos com documentações e quantidade de vagas, o que compromete, em certa medida, a permanência plena e com dignidade.

Além da dimensão financeira, os achados também evidenciam que a permanência qualificada de universitárias negras demanda uma assistência estudantil ampliada, que contemple aspectos psicossociais e tecnológicos. O suporte psicológico oferecido pelas equipes multidisciplinares, mesmo que

limitado, foi apontado como fundamental diante das pressões emocionais enfrentadas no percurso acadêmico.

Da mesma forma, a inclusão digital emergencial durante a pandemia se mostrou indispensável para mitigar as desigualdades de acesso ao ensino remoto. Tais elementos reforçam que o enfrentamento das desigualdades raciais e sociais no ensino superior exige políticas públicas integradas, capazes de acolher a complexidade das vivências dessas estudantes e promover sua permanência com equidade e dignidade.

Ainda que os resultados desta pesquisa tenham contribuído para a compreensão dos impactos das ações afirmativas e da assistência estudantil sob a ótica de universitárias negras, a metodologia utilizada com recorte exclusivo de cursos da área da saúde e apenas uma instituição de ensino, impede as evidências para outros campos do conhecimento, havendo a necessidade de realizar pesquisas que agreguem as vivências universitárias de outras mulheres negras.

Referências

BAHIA. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. **EDITAL Nº 177/2021**. Bahia: UESB, 2021.

BAHIA. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. **EDITAL Nº 057/2025**. Bahia: UESB, 2025a.

BAHIA. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. **EDITAL Nº 296/2025**. Bahia: UESB, 2025b.

BANDEIRA; Victoria; MOURÃO, Luciana; FERREIRA, Daniele. **Adaptação ao ensino remoto e desenvolvimento profissional de universitários na pandemia**. *Preprint [SciELO]*, 2024.

BARBOSA, Jaqueline Almeida Guimaraes. **Desafios e implicações da pandemia de COVID-19 no ensino de graduação em Enfermagem**. *Saberes Plurais: Educ. Saúde*, v. 5, n. 2, p. 27-38, 2021.

BARROS, Renata Neri de; PEIXOTO, Adriano de Lemos Alves. **Saúde Mental e Cotas: um Estudo Comparativo entre Estudantes Universitários no Brasil**. *Psicol. cienc. prof.*, v. 23, 2023. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/dkMcCNqbbqhJtF4QyFLm4Lfv/>

BERTAUX, Daniel. **Narrativa de vida: a pesquisa e seus métodos**. 2ª ed. Tradução de Zuleide Alves Cardoso Cavalcante e Denise Maria Gurgel Lavallée. São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. Ministério da saúde. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Situação social da população negra por estado**. Brasília: IPEA, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510/2016, de 7 de abril de 2016**. Brasil: Ministério da Saúde, 2016. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Andréa Lopes da; PICANÇO, Felícia. **Para além do acesso e da inclusão: Impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior**. *Novos estud CEBRAP*, v. 39, n. 2, p. 281-306, 2020. <https://www.scielo.br/j/nec/a/ch8p7sZsd9gk33JFRG3kpTJ/?lang=pt>

CRUZ, Mayara Vivian dos Prazeres; SANTOS, Fernando César Almada; RATTIS, Paula Maria Teixeira; FAJARDO, Rita de Cássia Arruda. **Desafios para mulheres negras enfrentarem desigualdades em cursos de graduação na escola de engenharia de São Carlos**. *Revista da ABPN*, v. 14, n. 41, P. 30-57, 2022. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1465>

DUARTE, José Ewerton Bezerra Alves; MARQUES JUNIOR, William Paiva; LIMA, Danielly Lopes de. **A docência da mulher negra no ensino superior: intersecções de raça e gênero**. *Revista de Direito Brasileira*, Florianópolis, v. 37, n. 14, p. 408-435, 2024. <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/8383>

FERREIRA, Cíntia Souza Machado; PIMENTEL, Susana Couto. **Programa mais futuro: cartilha do beneficiário**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2023. <http://www.propaae.uefs.br/arquivos/File/PROGRAMAMAMISFUTUROCartilhadoBeneficiario.pdf>

GUIMARAES, Carlos A.; CARNUT, Leonardo; MENDES, Áquilas. **A questão racial e os limites do desenvolvimento econômico-social brasileiro: uma perspectiva crítica**. *Am. Lat. Hist. Econ*, México, v. 29, n. 1, 2022. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532022000100006

KROTH, Darlan Christiano; BARTH, Enise. **Do acesso ao êxito acadêmico: a importância da Política de Assistência Estudantil no Ensino Superior**.

Desenvolvimento em Questão, Editora Unijuí, v. 20, n. 58, 2022. <https://www.revistas.unijuí.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/12102>

MACEDO, Renata Mourão; MEDEIROS, Thamires Monteiro de. **Marcadores sociais da diferença, interseccionalidade e saúde coletiva: diálogos necessários para o ensino em saúde.** *Saúde debate [Internet]*, v. 49, n. 11, p. 1-14, 2025. <https://doi.org/10.1590/2358-289820251449507P>

MOTA DE GOIS, Viviane; VASCONCELOS, Ana Paula Souza; SILVA, Bárbara Elizabete Rodrigues; SANTOS, Maria Caroline Siqueira dos. **A importância do movimento de mulheres negras e suas principais conquistas e desafios na atualidade.** *Ciências Humanas e Sociais, Aracaju*, v. 6, n. 3, p. 261-270, 2021. <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/9862>

OLIVEIRA, Sandy; OLIVEIRA, Sandrielle Batista dos Santos; LIMA, Vanessa Ferreira. **As ações afirmativas e discriminação positiva: equalização e reparação histórica das minorias estigmatizadas pelas medidas positivas de inclusão nas universidades brasileiras.** *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. e422829, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i2.2829.

PEREIRA, Camila Santos; PEREIRA, Anamaria Ladeira; POCAHY, Fernando. **Mulheres negras no ensino superior: ressonâncias e(m) escrevivências.** *Inter-Ação*, Goiânia, v. 46, n. 3, p. 1360-1377, 2021. <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v46i3.67872>

PIZZA, Samira Nathalia; SIQUELLI, Sônia Aparecida. **A política nacional de assistência estudantil (pnaes) e o debate sobre sua consolidação jurídica.** *Revista Científica da Rede Pioneira*, Universidade São Francisco, v. 8, n. 1, 2024. <https://ensaiospioneiros.usf.edu.br/ensaios/article/view/442>

SANTOS, João Paulo Lopes dos; MOREIRA, Nubia Regina. **Processo de subjetivação da mulher negra universitária: incidências de gênero, raça e classe.** *Revista Diversidade e Educação*, v. 10, n. 1, p. 277-304, 2022. <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13866>

SILVA, Auxiliadora Maria Martins da; LEÃO, Maria Sandra Montenegro Silva. **Saúde de estudantes negras e suas interfaces com o preconceito racial: relatos autobiográficos.** *Rev Remecs*, São Paulo, v. 9, n. 15, p. 35-42, 2024. <https://revistaremececs.com.br/index.php/remecs/article/view/1534/1563>

SILVA, Lucas Sena. **Ações afirmativas e ingresso no ensino superior brasileiro: um breve panorama.** *Perspectivas Sociais*, Pelotas, v. 10, n. 2, p. 58-84, 2024. <https://doi.org/10.15210/rps.v10i02.26822>

SILVA, Rafael Felix da; ZAPSZALKA, Franklin; RAZZOLINI FILHO, Edelvino. **Ensino remoto em tempos de pandemia: uma análise das dificuldades enfrentadas pelos estudantes de graduação.** *Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.*, v. 38, n. 01, 2022. <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/118150/85835>

SOUZA, Rebeca Santos de. **Mulheres negras, acesso e permanência no ensino superior público:** desafios e construções para o serviço social. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

TAVARES, Breitner Luiz; BARBOSA, Caio da Silva. **Saúde mental de estudantes negros: um escopo global da literatura.** *Revista Ft/Ciências da Saúde*, v. 28, 2024. <https://revistافت.com.br/saude-mental-de-estudantes-negros-um-escopo-global-da-literatura/>